

JUVENTUDE, GRUPOS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Rute Baquero*
Lúcio Jorge Hammes**

Resumo: A construção da cidadania juvenil é tema estratégico nas sociedades latino-americanas de nosso tempo, face à explosão demográfica global da juventude. Os jovens são, hoje, cerca de 2 bilhões, a maioria deles da Ásia e da América Latina. Por outro lado, Sandoval (2002) identifica mudanças na cultura contemporânea, que estaria passando de um modelo cultural baseado na razão social a outro, fundado na auto-realização autônoma. No que pese, no entanto, essa orientação social individualista, postula-se que os grupos juvenis de convivência podem ser espaços alternativos de resistência por uma sociedade solidária. Face ao exposto, o trabalho problematiza o grupo como espaço de formação dos jovens, identificando aprendizados de convivência nele construídos e seus efeitos para a constituição de capital social, enquanto instrumento de mediação para a participação juvenil.

Palavras-Chave: Juventude, grupos, participação social

Abstract: The construction of the youthful citizenship is a strategical subject in the Latin American societies, as a result of the global demographic explosion of youth. The young ones constitute, today, about 2 billion, most of them from Asia and Latin America. According to Sandoval (2002), radical changes in the contemporary culture, which it is passing from a cultural model based upon the social corporate to one, based upon the independent auto-accomplishment, are taking place. However, even if there are evidences about this individual social orientation, we argue, in this paper, that the convivial youthful groups can be alternative spaces of resistance towards a solidary society. Taking into account this argument, the article discusses the group as a space of youth formation, identifying social convivial learnings constructed within it and its effects for the constitution of social capital, as an instrument of mediation for the youthful participation.

Key Words: Youth, youth groups, social participation.

1. INTRODUÇÃO

A construção da cidadania juvenil é um tema estratégico nas sociedades latino-americanas de nosso tempo. Schwartz (1995) destaca a juventude como importante força motriz no desenvolvimento de cenários sociais, referindo-se a uma explosão demográfica global da juventude, que atingiria no século XXI 2 bilhões de jovens, sendo a maioria deles da Ásia e América Latina. Especificamente, no Brasil, dados do IBGE (2004) revelam que o contingente juvenil, na faixa etária de 15 a 29 anos, atinge 50.492.212 de habitantes, o que corresponde a 27,8% da população brasileira.

Estudo desenvolvido por Sandoval (2002), por sua vez, identifica mudanças radicais na cultura contemporânea, que estaria passando de um modelo cultural baseado na *razão social* (é legítimo aquilo que é útil à coletividade, ou seja, contribui ao seu progresso e obedece à sua razão) a outro, fundado na *auto-realização autônoma* (é legítimo aquilo que o indivíduo julga bom para o seu desenvolvimento pessoal). Segundo o autor, a auto-realização autônoma é o eixo de sustentação do funcionamento do modelo neoliberal, constituindo-se o êxito no mercado o caminho para alcançá-la. Destaca também que o caminho para obter a integração desejada neste sistema é o pragmatismo. O conceito de pragmatismo é utilizado no sentido filosófico: tudo que é verdadeiro é útil e concomitantemente, todo útil é verdadeiro, consignando a utilização do valor prático como critério de verdade. A derivação popular do conceito leva a assimilar pragmatismo a utilitarismo, ao cálculo de ações em função de determinados fins pessoais ou corporativos.

Ainda que se constate uma tendência das pessoas se fecharem em si mesmas, numa concorrência por espaço, numa lógica de mercado que perpassa o conjunto das relações sociais (SANDOVAL, 2002, p. 59) e, concordando com Baquero (2001), de que a lógica do mercado faz com que as pessoas ajam de forma egoísta, numa orientação comportamental individualista, postula-se que os grupos juvenis de convivência podem ser espaços alternativos de resistência utópica, por uma sociedade solidária e responsável. O desenvolvimento de uma sociedade mais solidária, com uma vigorosa vida associativa, tem sido focalizado nos estudos envolvendo a categoria capital social.

Particularmente em relação aos grupos juvenis de convivência, partimos da hipótese de que estes grupos, organizados em sistemas horizontais de participação, propiciam aprendizados que favorecem o desenvolvimento de capacidades individuais e coletivas, relações de confiança e de entre-ajuda, com efeitos para além do grupo, constituindo-se em mediações importantes para a construção de capital social junto à juventude.

Face ao exposto, o trabalho problematiza o grupo como espaço de formação dos jovens, identificando aprendizados de convivência nele construídos e seus efeitos para a constituição de capital social, enquanto instrumento de mediação para a participação juvenil.

O texto está estruturado três partes. Na primeira parte apresenta uma delimitação conceitual a respeito de juventude, grupos juvenis e capital social. Na segunda parte descreve o processo de

pesquisa. Na terceira, discute resultados da investigação destacando os aprendizados realizados pelos jovens nos grupos e seus efeitos na construção de capital social e na participação juvenil.

2. JUVENTUDE, GRUPOS JUVENIS DE CONVIVÊNCIA E CAPITAL SOCIAL

São categorias centrais desta pesquisa: juventude, grupos juvenis de convivência e capital social.

A categoria juventude

Na linguagem do dia-a-dia é comum falar de juventude ou jovens como se fossem algo natural. No entanto, as análises sócio-históricas mostram que somente no século XX a juventude é identificada como fase autônoma no curso vital humano. Além disso, o uso comum ampliou o conceito de tal maneira, que obriga a delimitações. Assim, quando se fala de juventude, tem-se que dizer de que juventude.

A categoria “juventude” vem sendo utilizada em sentidos múltiplos, podendo designar desde um estado de espírito novo e atual até um valor em si: “*lo que pursue un gran porvenir*” (BRITO LEMUS, 1998, p. 180). Exige-se, portanto, uma delimitação que ultrapassa o estritamente demográfico, psicológico, histórico ou sociológico. De acordo com Granada (2003): “*La juventud no es una categoría homogénea, estática ni invisible, es un sector poblacional de una gran diversidad, con múltiples identidades, donde entra en juego tanto lo material como lo simbólico, así como también lo cultural, lo socioeconómico, la dimensión de género, lo político, lo étnico y lo religioso, que se conjugan permanentemente*” (p. 2).

Para este estudo, utiliza-se o parâmetro proposto pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), Organização Ibero-americana da Juventude (OIJ) e Frente Parlamentar em Defesa de Políticas Públicas de Juventude, que situa juventude, nas suas múltiplas dimensões, na faixa etária de 15 e 29 anos.

Grupos juvenis de convivência

A convivência em grupos, filiados a uma organização não-formal (organizações não-governamentais, movimentos sociais, organizações políticas, religiosas...) e a participação em uma estrutura mais ampla levam à identificação de grupos juvenis de convivência, com encontros regulares, objetivos, plano de formação, estrutura de apoio e intercâmbios.

Os grupos juvenis de convivência são grupos que têm, na convivência, a base para desenvolver aprendizados, com objetivos comuns e uma metodologia que valoriza o processo histórico, a situação de cada um dos participantes e o desenvolvimento pessoal e comunitário.

Nesses grupos, os jovens partilham idéias, estudam e assumem juntos conflitos, vitórias e derrotas, reconhecem sua individualidade, colocando o grupo como referência e apoio para a afirmação pessoal e a construção da utopia possível.

A experiência de convivência nos grupos juvenis possivelmente tem como referencial mais visível a orientação adotada no trabalho desenvolvido pela Ação Católica Especializada com os grupos de base, as equipes de articuladores e assistentes nomeados. Esta estruturação favoreceu o desenvolvimento de uma metodologia participativa, contribuindo para a promoção do protagonismo juvenil, com reflexos no movimento estudantil, nos sindicatos e na política. Dick (2003) refere como resultados da Ação Católica Especializada:

[...] a utilização do método Ver-Julgar-Agir, a busca de uma prática a partir da realidade concreta, considerando questões sociais e políticas, a formação na ação, a *descoberta* da necessidade de se lutar pela transformação das estruturas sociais, o uso – pelos grupos – de espaços de revisão de vida e de prática, a compreensão da fé vivida no engajamento social, a descoberta e a opção pedagógica pelos pequenos grupos e o despertar para o protagonismo juvenil (p. 280).

Capital Social

O economista e sociólogo argentino Bernardo Kliksberg (1999) se refere a quatro tipos de capital: capital natural (recursos naturais), capital construído (gerado pelas pessoas, incluindo infra-estrutura, bens de capital, capital financeiro, comercial, etc), o capital humano (determinado pelo grau de nutrição, saúde e educação) e o capital social, cujo conceito, conforme o autor “*está aún en plena delimitación de su identidad*” (KLIKSBERG, 1999, p. 87, p. 87).

Já em 1916 Hanifan, na sua pesquisa sobre as escolas comunitárias rurais dos Estados Unidos, usou o termo capital social. A partir da década de 1980, os cientistas sociais, Pierre Bourdieu, James Coleman e Robert Putnam, retomam o termo e dão novo sentido, difundem seu uso para diversos âmbitos de pesquisa e projeções sociais. Aparecem elementos-chave, como confiança, coesão social, redes, normas e instituições, em vários contextos e disciplinas, em que o conceito tem sido usado, implícito ou explicitamente.

Segundo Pierre Bourdieu (1998), capital social é:

O conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis (BOURDIEU, 1998, p 67).

A existência dessa rede de relações não é um dado natural, como também não é um “dado social”, constituído de uma vez por todas e para sempre por um ato social, mas produto do trabalho de instauração e de manutenção que é necessário para produzir e reproduzir relações duráveis e úteis para proporcionar lucros materiais e simbólicos.

Já o trabalho de James Coleman concentrou-se em estudos empíricos, buscando comparar

desempenhos e resultados de escolas públicas e católicas, entre 1980 e 1982, e analisando o capital social como um modo de melhor compreender a relação entre alcance educacional e desigualdade social, definindo capital social como o “conjunto de recursos intrínsecos nas relações familiares e na organização social comunitária, úteis para o desenvolvimento cognitivo ou social de uma criança ou jovem (COLEMAN, 2000, P. 300).

Robert D. Putnam, por sua vez, define capital social como “características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas” (PUTNAM, 1996, p. 177).

Baquero (2001) sugere *ativar* estas fontes na vida social e destaca que, “no contexto da construção democrática, o capital social deve se referir especificamente àquelas associações que de fato podem contribuir para gerar cidadãos mais politizados e críticos e orientados para alcançar objetivos comuns e que dêem retorno à comunidade” (p. 56).

Ao afirmar a existência de capital social positivo, os autores acima citados também referem a possibilidade de capital social negativo, presentes em grupos que demonstram elevada capacidade de coordenação e cooperação interna, mas cujos objetivos são nocivos à coletividade (SCHMIDT, 2004)

3. DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

A pesquisa foi desenvolvida em três organizações que realizam trabalho com a juventude, através da metodologia de grupo, visando ao protagonismo juvenil: Rede em Busca da Paz (EBP), Pastoral da Juventude Estudantil (PJE) e o Movimento dos Sem Terra (MST). Estas organizações propõem a vivência em grupo como experiência básica para a formação da juventude.

A EBP é uma organização não-governamental, sediada em Santa Cruz do Sul/Rio Grande do Sul, que tem como objetivos: a luta contra o armamentismo, a objeção de consciência, a educação para a paz, a solidariedade com os povos em conflito e a ação para a cidadania. Desenvolve uma ação educativa visando à construção de uma cultura de paz e a promoção dos direitos humanos junto à juventude.

A PJE está organizada em nível nacional e latino-americano, com uma história que se funda na Ação Católica, de modo especial na Juventude Estudantil Católica. Trabalha com a juventude da educação fundamental (7ª e 8ª séries) e do ensino médio numa ação organizada *por, com e para* os estudantes para que desempenhem sua missão na sociedade: “construir uma sociedade justa e fraterna, buscando transformações a partir da sala de aula” (PJE, 1994, p. 36).

O MST conchama para a unidade e a luta em conjunto e sugere uma organização da juventude para atuar de forma organizada. O Movimento reconhece ser a juventude um dos seus principais desafios, preparando novas lideranças, com a formação para cidadania e a qualificação técnica.

O estudo foi realizado através de entrevistas semi-estruturadas junto a 27 jovens participantes dos grupos juvenis dessas organizações (9 jovens de cada uma das organizações). Depois de gravadas e transcritas as entrevistas, os sujeitos da pesquisa receberam o material para que pudessem “reagir”, confirmando, corrigindo ou ampliando suas colocações. Para fins de análise dos dados procedeu-se uma análise de conteúdo dos depoimentos colhidos através das entrevistas.

3.1. SABERES CONSTRUÍDOS NOS GRUPOS JUVENIS E CAPITAL SOCIAL

Diferentes tipos de aprendizagem são realizados nas relações em grupos, segundo os jovens entrevistados, os quais relatam aprender a relacionar-se, a respeitar as idéias dos outros, sendo tolerante, e a agir coletivamente. Eles afirmam:

O grupo ensina a conviver com as pessoas.

Tenho agora um grupo. Aprendi a respeitar as idéias dos outros. Saber lidar com os outros.

Aprendi muitos valores como o respeito, a fé, a convivência e agir coletivamente.

Pesquisas realizadas com jovens têm evidenciado o caráter positivo do grupo junto ao segmento juvenil. Nele os jovens partilham idéias, estudam e assumem juntos conflitos, vitórias e derrotas, pois “o grupo é, tradicionalmente, o cadinho de uma sociabilidade juvenil intensa” (Perrot, 1996, p. 116). De acordo com Velásques (2002): “A formação de grupos e seus aspectos de associação estão intimamente ligados a um desejo de ação coletiva, seja ela voltada a uma ação continuada específica, caracterizada pela duração clara no tempo e no espaço, seja ela uma ação pontual” (p. 45).

Sousa (1999), em estudo sobre a juventude dos anos 90, aponta como conseqüências da participação nos grupos assessorados por religiosos, a formação de lideranças, que vieram a ter, posteriormente, uma participação ativa em movimentos populares ou partidos políticos. Também neste estudo, identificamos, dentre os egressos das organizações focalizadas, militantes no sindicalismo e na política.

Além dos saberes – relacionar-se, respeitar as idéias dos outros e a agir coletivamente –, os jovens referiram que o grupo se constitui um espaço privilegiado para desenvolver a confiança entre as pessoas, participar em ações de interesse social, pertencer a uma rede de cooperação e desenvolver liderança, os quais se constituem em indicadores de capital social.

Conforme Durston (2003), capital social é definido como: “contenido de ciertas relaciones sociales – que combinan actitudes de confianza con conductas de reciprocidad y cooperación –, que proporciona mayores beneficios a aquellos que lo poseen en comparación con lo que podría lograrse sin este activo” (p. 147). Nesta perspectiva, o autor postula que existem dois tipos de capital social: um individual e outro comunitário (coletivo). O capital social individual seria o crédito que a pessoa acumula em forma de reciprocidade. O capital social coletivo, por sua vez, consta de normas e estruturas que conformam

as instituições de cooperação grupal. Em ambos os casos, no entanto, a noção de rede (como substrato da associatividade) tem um papel significativo.

O indicador confiança parece estar presente na ação dos grupos, conforme falas dos jovens:

Confio muito, porque nos conhecemos bem. E, *se não houvesse confiança, o grupo não iria para frente* (jovem do MST).

Sim. Se não confiasse, não participaria, *porque participar do grupo de jovens é uma ação voluntária* (jovem da PJE).

A participação cidadã em ações de interesse social é outro indicador importante para constatar o índice de capital social. Dados da UNESCO revelam consenso quanto à necessidade e importância da participação cidadã da juventude. Em agosto de 2001, a entidade promoveu, em Portugal, um seminário sobre a temática “Automizar a juventude para agir”, destacando a importância da “transferência de poder para os jovens como indivíduos, organizações de juventude, comunidades, nações e intervenientes a nível internacional, de modo a poderem ter a oportunidade de tomar decisões que afetam as suas vidas e o seu bem-estar” (UNESCO, 2001, p. 84.).

Uma primeira aproximação sobre a inclinação dos jovens para a participação em ações de interesse social, foi buscada nas suas percepções sobre as organizações sociais. Perguntou-se: “Como você vê as organizações sociais? Muito importante, importante ou sem sentido. Por que?”. Dos 27 entrevistados, 80% responderam que vêem as organizações como “muito importante” e 20% como “importante”. Destaque-se que nenhum dos entrevistados afirmou que as organizações sociais “não têm sentido”.

Os jovens entrevistados conferem grande importância às organizações, destacando que favorece o alcance de direitos:

O grupo é muito importante. Precisamos ainda melhorar para que realmente se integre às aspirações da sociedade de modo geral. As pessoas que participam *têm até mais chances de conseguir direitos* (jovem da EBP).

Nós queremos ter um espaço nesta sociedade. *Nós queremos ter nossos direitos preservados* porque o jovem ainda é discriminado (ovem de PJE).

Vêm também nas organizações sociais possibilidades para unir as pessoas em torno de objetivos comuns. Segundo os jovens:

Acho muito importante. Porque fazem um trabalho conjunto e procuram a *união de todos* (Jovem da EBP).

Muito importante. *Porque unem a comunidade* (jovem do MST).

A partir dessas considerações em que os jovens confirmam o valor da participação cidadã, buscou-se conhecer a *materialização dessas predisposições*, perguntando-se “Você participa de alguma organização social (clube, política, associação de bairro, igreja, sindicato)? Que papéis você assume no grupo?”

Os jovens participantes de grupos afirmaram que vêm participando da coordenação da catequese, do Conselho Municipal da Juventude, do movimento estudantil, do grêmio estudantil.

Baquero (2001), em estudo sobre capital social na América Latina, afirma que “a prática da participação e de trabalho em equipe (associações), seguindo normas convencionais pode ajudar a inculcar valores e o ensinamento de procedimentos na promoção da convivência democrática” (p. 56).

Com a participação cidadã direta da juventude e a organização de novas formas de convivência entre os jovens, rompendo com o esquema clientelista, desenvolvem-se também capacidades de gestão cidadã. Estas experiências são “*caldo de cultivo de nuevas actitudes proclives al reconocimiento y respeto entre generaciones, porque abren posibilidades para la toma de perspectiva y el acceso a espacios de comunicación*”. (RODRÍGUEZ, 2003, p. 24)

Pertencer a uma rede de relações de cooperação é um aspecto central da categoria capital social. Bourdieu (1998), ao conceituar capital social, destaca a constituição de uma “rede durável de relações”, vinculada a um grupo.

Para compreender a influência da participação dos jovens em uma rede de relações, inter e intragrupos, procurou-se analisar se a vivência em grupos gera (ou não) ações coletivas em benefício da coletividade, colocando a solidariedade em movimento.

Com o objetivo de identificar resultados da participação em uma rede de cooperação, perguntou-se: “Você tem alguma conquista através da organização comunitária?” A totalidade dos entrevistados relacionou conquistas, alcançados pelo seu grupo ou pela comunidade a que pertencem.

O conjunto de conquistas obtidas através da organização comunitária pode ser observado no Quadro 1, estruturado conforme as respostas dos entrevistados em cada um dos grupos estudados.

Quadro 1 – Conquistas através da organização comunitária

	☺ ☺
	☺ ☺
	☺ ☺ ☺ ☺

Fonte: Quadro elaborado pelos autores.

As conquistas elencadas pelos jovens dos grupos, através da organização comunitária, revelam as mais diversas ações em que os jovens estão envolvidos. Além disso, revelam especificidades de grupos, face a sua vinculação com diferentes organizações. Neste sentido, os jovens do MST referem, com ênfase, a conquista da terra, a construção da igreja no assentamento, a aquisição do resfriador de leite e a organização de uma associação de apicultores. Os jovens da PJE referem, entre outras, como conquistas: a organização de uma escola para estudantes pobres, o encaminhamento de melhorias na rede de esgoto, trabalhos de reforço escolar junto a crianças de séries iniciais de uma escola, a organização de um curso de preparação de estudantes (8ª. Série) para processo seletivo em escolas técnicas. Por sua vez, os jovens da EBP destacaram, dentre outras, as seguintes conquistas, resultantes de sua ação junto à comunidade: o desenvolvimento de oficinas de música, brinquedos e costura junto a crianças e jovens da comunidade. Deve-se destacar ainda que a arrecadação e distribuição de roupas e alimentos para a população pobre é uma ação comunitária, desenvolvida de forma sistemática, tanto pelos jovens da PJE como da EBP.

A formação de lideranças e o protagonismo juvenil se constituem em princípios básicos das organizações a que os grupos, estudados nesta pesquisa, estão vinculados, ainda que cada organização tenha seus objetivos específicos.

De modo geral, os depoimentos dos entrevistados referem que as ações no grupo se dão com o exercício de lideranças democráticas e de modo participativo, com a organização de equipes de coordenação e a participação de assessores. Nos seus depoimentos, os jovens afirmam:

Exercemos a liderança de modo participativo. Quando alguém participa de algum encontro, passa para todos os demais (Jovem do MST).

No início, quando organizamos o grupo, foi eleito um líder. Para este ano pensamos em todos pegar juntos, sempre em mutirão (Jovem do MST).

A liderança é exercida com a participação de todos. Não tem alguém que é mais importante no grupo (Jovem da PJE).

Esse processo de formação, que tem presente a participação protagônica da juventude, contribui para formar lideranças, capacitando-as a atuar na realidade social de forma organizada e coletivamente.

Krauskopf (2000), analisando a questão da participação social da juventude, afirma a existência de uma mudança paradigmática neste campo, provocada pelos processos de globalização e de modernização. Segundo a autora, a mudança paradigmática se revela em diferentes dimensões relacionadas com a participação juvenil: na constituição das identidades coletivas, na orientação em relação à mudança social e na dimensão organizacional dos grupos juvenis.

Um exame dos grupos juvenis, objeto de análise deste estudo, revela que os participantes dos grupos vinculados à PJE e à EBP estão orientados para o que a autora denomina de “novo paradigma” de participação juvenil. Neste sentido, os dois grupos constituem suas identidades

coletivas, com base em parâmetros ético-existenciais (justiça e paz). Já a ação dos jovens participantes do grupo vinculado ao MST está orientada por parâmetros sócio-econômicos e político-ideológicos, na perspectiva do “velho paradigma”. No que diz respeito à orientação em relação à mudança social há uma forte ênfase, nos grupos dos jovens da EBP e da PJE, na mudança pessoal como estratégia para influenciar, posteriormente, mudanças nas condições de vida coletiva. Conforme depoimentos dos jovens entrevistados:

“O objetivo geral é a paz. Para que isso aconteça, a gente tem que *fazer uma conscientização, primeiro da gente. Depois se trabalha com os outros* [refere-se a trabalho junto a um grupo de crianças e com pais de famílias destas crianças]. Nós não ficamos só no grupo; isso não teria sentido” (jovem da EBP).

“Para que possamos ter um futuro bom com estas crianças. *A gente procura melhorar o meio em que elas vivem. Não só com as crianças, mas também com as mães, porque não adianta preparar as crianças aqui e em casa tem outro ambiente, bem pior. Então a gente procura melhorar este ambiente. O grupo é grande e tem muitos colaboradores*” (jovem da PJE).

Os jovens do grupo do MST, por sua vez, partem de uma compreensão de que as mudanças da estrutura social podem levar às mudanças em nível individual.

Temos a experiência da conquista da terra. A comunidade toda se reuniu e foi em busca do objetivo que é a Reforma Agrária. E conseguiu. Assim podemos hoje estar aqui e viver mais dignamente (jovem do MST).

De modo geral, valores de solidariedade e de ajuda à comunidade estão presentes entre os membros dos três grupos juvenis estudados, os quais orientam suas ações na perspectiva do “modelo cultural baseado na razão social”, conforme denominação de Sandoval (2002), ou seja, legitimando como “bom” aquilo que é útil à coletividade.

Em relação à temporalidade das ações, os jovens os grupos da PJE e da EBP enfatizam a importância de lutar localmente, buscando o alcance de metas a curto e médio prazo. Isto contrasta com a orientação do “velho paradigma”, compartilhado pelos jovens do grupo do MST, que partem do pressuposto de que a modificação estrutural produz modificações no indivíduo, com a ênfase em lutas globais e o desencadeamento de ações para o alcance de metas em longo prazo.

No que diz respeito à dimensão organizacional, os entrevistados revelaram a existência, nos três grupos, de uma estrutura horizontal de relações, com uma liderança compartilhada entre o coordenador e os participantes, assumindo o coordenador o papel de facilitador da discussão grupal e incentivador das ações dos participantes. Na fala de um jovem vinculado à PJE:

Tem coordenador. Mas não é uma liderança tipo mandar os outros fazer. Eles incentivam o pessoal do grupo fazer, querem as idéias de todos.

Este tipo de dinâmica está presente também no grupo juvenil da Rede Em Busca da Paz, conforme relata um dos jovens participantes:

A assessora comunica a gente da reunião, expõe as idéias e o jovem assume. O próprio jovem faz a reunião.

É ainda referido pelos jovens do MST:

A liderança é exercida de modo participativo. Quando alguém participa de algum encontro, passa para todos os demais (Jovem do MST).

4. À GUIA DE CONCLUSÃO

Conforme os relatos dos jovens nesta pesquisa indicam, o grupo de convivência constitui espaço educativo privilegiado na formação da juventude. Se desenvolvem indicadores de capital social junto à juventude.

A convivência em grupos juvenis melhora a confiança interpessoal e nas instituições, cultivada nas relações intra e intergrupos.

A experiência de trabalho em equipe contribui para a participação dos jovens em ações de interesse social, capacitando-os para viver em sociedade. Através dele, os jovens percebem o valor da união, o alcance dos direitos e a importância da participação de todos; ao mesmo tempo, a experiência no grupo propicia conhecimento da realidade, muda a própria visão do jovem e facilita ações coletivas para alcançar objetivos comuns.

O pertencimento a uma rede de cooperação possibilita acesso a recursos atuais ou potenciais: como participantes dos grupos, os jovens valorizam as relações horizontais, considerando-as importantes e adequadas, tornando-as uma regra de conduta em outros ambientes dos quais participam.

A tolerância, o respeito mútuo e a solidariedade melhoram a vida em comunidade: a partir da experiência de grupo, em que aprendem a valorizar a participação de todos, os jovens formam-se para acolher o diferente, construindo laços de solidariedade e redes de cooperação.

A convivência no grupo possibilita o desenvolvimento da liderança e do protagonismo juvenil, os quais estão na base das propostas dos grupos estudados, constituindo-se em eixos centrais do processo educativo neles desenvolvido, contribuindo para a construção de capital social junto aos jovens e ativando sua participação social.

5. NOTAS:

* Doutora em Educação pela Florida State University – EUA, professora do Programa de Pós Graduação em Educação da UNISINOS. Endereço: Rua Ely Costa 110, Bairro Boa Vista, Porto Alegre, RS, CEP: 90.480-110. E-mail: rbaquero@unisinios.br

** Doutor em Educação pela Universidade do Vale dos Sinos – UNISINOS. Integrante da ONG Educadores para a Paz. Endereço: Av. Érico Veríssimo, 740/402. Porto Alegre, RS CEP 90160-180. E-mail: lh@ig.com.br.

6. REFERÊNCIAS

- BAQUERO, Marcelo. Alcances e limites do capital social na construção democrática. In: BAQUERO, Marcelo (org). *Reinventando a Sociedade na América Latina: cultura política, gênero, exclusão e capital social*. Porto Alegre: Ed. Universidade / UFRGRS / Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), 2001, p. 19-70.
- BOURDIEU, Pierre. *Escritos de educação*. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 1998
- BRITO LEMUS, Roberto. Hacia una sociología de la juventud: algunos elementos para la deconstrucción de un nuevo paradigma de la juventud. *Ultima Década*. Viena del Mar: CIDPA, n. 9, 1998, pp. 1-7.
- COLEMAN, James Samuel. *Foundations of social theory*. Third. printing. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2000.
- DICK, Hilário. *Gritos silenciados, mas evidentes: jovens construindo juventude na história*. São Paulo: Loyola, 2003.
- DURSTON, John. Capital social: parte del problema, parte de la solución, su papel en la persistencia y en la superación de la pobreza en América Latina y el Caribe. In: ATRIA, Raúl, SILES, Marcelo, ARRIAGADA, Irma, ROBIMSON, Lindon J. & WHITERFORD, Scott. (comps.). *Capital social y reducción de la pobreza en América Latina y el Caribe : en busca de un nuevo paradigma*. Santiago do Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe-University of Michigan Press, 2003, p. 147-202.
- GRANADA, Juan Fernando Vélez. *La Construcción De Ciudadanía: Institucionalidad y juventud*. *Ultima Década*. Viena del Mar: CIDPA, nº 19, mar, nov. 2003, pp. 1-10.
- KLIKSBERG, Bernardo. Capital social y cultura, claves esenciales del desarrollo. *Revista de la CEPAL*. N. 69. Santiago do Chile: CEPAL, dezembro de 1999, p. 85-102
- KRAUSKOPF, Dina. Dimensiones críticas en la participación social de las juventudes. BALARNIDINI, Sergio (coord.). *La Participación social y Política de Los Jovenens en el Horizonte del Nuevo Siglo*. Buenos Aires: CLASCO, 2000, pp. 119-134.
- PERROT, Michelle. A Juventude Operária. Da Oficina à Fábrica. In: LEVI, Giovanni e SCHMITT, Jean-Claude (org.). *História dos jovens*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. (Vol 2. A época Contemporânea), p. 82-136.
- PJE. *Quem Somos? A Que Viemos*. Marco Referencial. Porto Alegre: Evangraf, 1994.

PUTNAM, Robert D. *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna*. (Trad.: Luiz.

RODRÍGUEZ, Melania Portilla. *Juventude Rural: Construindo la Ciudadanía de los territorios rurales* (Documento Borrador de Tabalho) Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura (IICA) – sede central, Marzo del 2003.

SANDOVAL M., Mario. *Jóvenes del Siglo XXI: Sujetos y Actores en una Sociedad en Cambio*: Ediciones UCSH, 2002.

SCHMIDT, João Pedro. Os jovens e a construção de capital social no Brasil. In.: BAQUERO, Marcelo (org). *Reinventando a Sociedade na América Latina: cultura política, gênero, exclusão e capital social*. Porto Alegre: Ed. Universidade / UFRGS / Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), 2001, p. 147-179.

SCHWARTZ, Peter. *A arte da previsão: planejando o futuro em um mundo de incertezas*. trad. de Alana Madureira. São Paulo: Scrita, 1995.

SOUSA, Janice Tirelli. Ponte de. *Reinvenções da utopia: a militância política de jovens nos anos 90*. São Paulo: Hacker Editores, 1999.

UNESCO (2001). 'Autonomizar os jovens para agir', é proposta de reunião da ONU sobre jovens que conclui hoje em Dacar. Centro de Informação das Nações Unidas em Portugal (Semanário, 10 de Agosto de 2001). Disponível em: <www.onuportugal.pt>. Acesso em abr. de 2004.

VELÁSQUEZ, Cristina Suarez. *Da formação de grupos à ação coletiva: uma análise com grupos de jovens do assentamento rural da fazenda Ipanema – Iperó-SP, 2002*. São Paulo, 1995. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais) – Universidade de São Paulo.

